

tópicos são abordados de modo pouco consistente. Por exemplo, o leitor é informado de que a Constituição de 1976 tornou as nacionalizações irreversíveis antes mesmo de saber que estas se realizaram; além disso, a abordagem à emigração, que foi um factor crucial na década de 60, encontra-se dispersa por dois capítulos. Não deixa também de ser surpreendente que o autor, depois de nos alertar contra a falibilidade das estatísticas portuguesas, decida usar com frequência dados retirados da imprensa comum e não às próprias publicações oficiais, negligenciando determinadas fontes (os relatórios anuais do Banco de Portugal, por exemplo) e recursos bibliográficos. Nada disto invalida, porém, o mérito e valor do trabalho de David Corkill, que nos proporciona uma síntese actualizada sobre o desenvolvimento recente da economia portuguesa no contexto da integração europeia.

JORGE M. PEDREIRA

J. M. Brandão de Brito (coord.), Do Marcelismo ao Fim do Império, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, 303 páginas.

308 O presente livro constitui o primeiro volume de uma projectada

trilogia intitulada «Revolução e democracia», cujo objectivo essencial é, segundo o editor, «abordar as temáticas e problemas emergentes do derrube do Estado Novo». A obra foi pensada inicialmente pelo historiador César Oliveira e continuada, após a sua morte, por José Maria Brandão de Brito. Este primeiro volume intitula-se *Do Marcelismo ao Fim do Império* e, de acordo com a filosofia inicial do projecto, desenvolve-se em duas vertentes: a da investigação histórica, com textos de Fernando Rosas, António José Telo e Pedro Pizarat Correia, e a da memória evocativa, através dos testemunhos de Fernando Pereira Marques e Adriano Moreira.

No que diz respeito aos três textos de cariz historiográfico, cabe dizer que eles constituem essencialmente reelaborações de textos e comunicações já antes apresentados ou publicados pelos autores, o que traz aos leitores mais familiarizados com a historiografia portuguesa do período uma certa sensação de *dejà-vu*. Fernando Rosas, no ensaio que abre o volume — «O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo» —, retoma algumas das teses sobre o marcelismo expostas em anteriores trabalhos seus. Rosas define o marcelismo como «a derradeira tentativa de auto-reforma do Estado Novo» e explica o seu falhanço e conseqüente derrube pela «inviabilidade de pôr termo à guerra colonial» (p. 59). Para o autor, o marcelismo não foi «um mero dis-

farce, mais ou menos demagógico, do salazarismo, um ‘salazarismo sem Salazar’, como então se afirmava». A ascensão de Caetano ao poder, pelo contrário, terá representado o «triunfo tardio de uma corrente reformista dentro do Estado Novo, surgida no rescaldo da segunda guerra mundial, e que, em 1968, após acidentes vários e algumas oportunidades ingloriamente perdidas, chegava finalmente ao poder» (p. 16). Fernando Rosas descreve com algum pormenor o percurso político dessa corrente reformista e chega mesmo a falar da existência de um verdadeiro «partido informal» a partir dos finais dos anos 40, liderado por Marcelo Caetano, partido esse que conhece nos anos 50 uma fase particularmente «pujante» (p. 25). É nesta década que a maior parte do «núcleo duro» do marcelismo inicia as suas carreiras políticas dentro do regime, no governo, na Assembleia Nacional, na administração pública e corporativa.

Fernando Rosas distingue a existência de «dois tempos do marcelismo» durante o período em que Marcelo Caetano ocupou a Presidência do Conselho: um primeiro momento de «primavera política», até 1970, em que Marcelo «tenta liberalizar sem abandono do esforço militar nas colónias»; um segundo momento, em que decide «manter o esforço militar em África, sacrificando a liberalização e, com ela, o próprio regime» (p. 47). Aliás, uma das teses centrais do autor, como se disse atrás, é a de que foi justamente «a

recusa de aceitar ‘uma solução política’ para a guerra colonial» que esteve na origem da queda do marcelismo. A guerra colonial, «que salvara o salazarismo, em 1961, em nome do apregoado imperativo de a fazer, derrubava agora o marcelismo por não ter sido capaz de lhe pôr cobro» (p. 58). Assim, terá sido a «inépcia» política de Marcelo Caetano em pôr um fim à guerra colonial que acabou por ditar o fracasso da experiência marcelista. Rosas explica essa incapacidade, em parte, pelo facto de a elite política «liberalizante» do marcelismo nunca se ter conseguido, afinal de contas, «separar verdadeiramente do caldo de cultura que dominara largamente a oligarquia do Estado Novo, donde vinha e onde se formara», sendo por isso marcada por «um conservadorismo essencial, largamente escorado na autoridade protectora do Estado e das polícias», e por «um temor visceral e genuinamente reaccionário da mudança, do risco, da ‘rua’, da ‘desordem’, o que lhe fazia preferir a segurança suicidária da estagnação e da repressão ao perigo de qualquer verdadeira transição ou adaptação». Nesse sentido, conclui Rosas, Marcelo Caetano seria «a imagem emblemática e derradeira desse medo, dessa hesitação e dessa impotência» (pp. 58-59).

Quanto ao texto de Pedro Pezarat Correia, intitulado «Descolonização», ele consiste essencialmente numa narrativa dos eventos que roderaram o processo de descolonização em Portugal. Segundo o autor, o estudo da descolonização portuguesa não pode

resumir-se a uma abordagem do processo de transferência do poder. A descolonização não se limita a ser uma mera «mudança de soberania» mas, antes pelo contrário, «um fenómeno muito mais longo e complexo» que se inicia no próprio período colonial, que é necessário chamar à colação para um melhor entendimento da «globalidade do percurso» (p. 102). Deste modo, o seu texto — o mais longo deste volume, com cerca de 120 páginas — desdobra-se em mais de uma dezena de pontos que, sob o ponto de vista cronológico, decorrem desde o final da segunda guerra mundial até meados dos anos 70.

Pezarat Correia dá grande destaque à guerra colonial, considerando que esta «viria a transformar-se no ponto central de todo o processo de descolonização», vindo a «decidir os contornos que as fases subsequentes adquiriram». O autor iliba de qualquer responsabilidade pelo desencadear da guerra e da «violência» nas colónias portuguesas em África os movimentos independentistas. A passagem para o «patamar violento» da luta pela independência não foi da «responsabilidade» dos «movimentos de libertação», representantes de um povo que, «no seu combate pela libertação do jugo colonial, é forçado a passar ao patamar da luta armada» (pp. 126-127). Deste modo, qualquer «análise desapaixonada e descomprometida mostra hoje, irrefutavelmente, que o desencadeamento da guerra colonial é da inteira responsabilidade

do governo de Salazar» (p. 122). De acordo com Pezarat Correia, Salazar teria pura e simplesmente ignorado os frequentes «alertas» de que a situação colonial portuguesa estaria prestes a descambar numa guerra, avisos esses que viriam quer das próprias Nações Unidas, quer da Conferência de Bandung, quer mesmo das experiências vividas por outras potências europeias coloniais, como foram os casos da Grã-Bretanha, da França e da Bélgica. Por outro lado, os movimentos de libertação «desenvolveram o máximo de esforços para que a luta pela independência se mantivesse dentro dos limites do patamar político, sem terem de recorrer à luta armada», tendo, nesse sentido, tomado «frequentes iniciativas» e dirigido «repetidas propostas ao governo da metrópole» (p. 124).

No que respeita às suas reflexões sobre o contexto internacional das guerras coloniais, Pezarat Correia é particularmente duro para com a atitude dos Estados Unidos, sobretudo para com as mudanças na política dos americanos em África registadas durante a presidência de Richard Nixon. A decisão desta administração de assumir uma postura mais favorável à presença portuguesa em África acabou por ter como consequência inevitável que «os movimentos de libertação, antes e depois das independências, desconfiassem da política norte-americana e se inclinassem mais para o apoio que lhes era concedido pelo bloco de Leste».

Deste modo, conclui Pezarat Correia, «muito do que de trágico se passou posteriormente, nas fases de transferência do poder, da independência e de consolidação da identidade nacional, tem a ver com este erro estratégico dos EUA» (p. 156).

Já quanto ao período da transferência de poder, a tese essencial do autor é a de que no momento em que Portugal, finalmente, iniciou o seu processo de descolonização existia já uma «acumulação de condicionamentos» que «limitavam a capacidade negocial» do Estado português. Entre esses condicionamentos, o autor destaca três mais importantes: em primeiro lugar, Portugal «estava sujeito a decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas que lhe eram directamente aplicáveis»; depois, o país estava também «pressionado pela urgente necessidade de pôr fim a uma guerra em três frentes, quando a capacidade do seu aparelho militar denunciava um progressivo cansaço, esgotamento e desmotivação»; finalmente, os responsáveis políticos portugueses tinham ainda de enfrentar «a fragilidade das suas instâncias de poder, resultante de uma ruptura revolucionária e da agitação interna» (p. 170). Apesar destas condicionantes, Pezarat Correia considera que Portugal acabou por seguir «uma estratégia coerente e fiel a princípios fundamentais, que constituíram os grandes objectivos». Esses objectivos terão sido «o respeito pelas resoluções da ONU exigindo o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, a recusa do puro

abandono ou de modelos neocoloniais e a preocupação com a defesa dos interesses nacionais». No geral, considera o autor, «apesar dos condicionamentos e obstáculos apontados, Portugal respeitou os princípios fundamentais e [...] executou as estratégias definidas». Assim, «o único caso em que o programa foi violentamente interrompido, impedindo o cumprimento dos seus objectivos, foi aquele onde se verificaram intervenções estrangeiras armadas — Angola» (p. 205). Deste modo, «as abusivas interferências externas foram, sem dúvida, o grande factor perturbador, responsável pelos desfechos mais negativos da fase de transferência do poder da descolonização das colónias portuguesas» (pp. 205-206).

Entre os vários assuntos abordados pelo historiador António Telo no seu texto sobre as relações internacionais no período da transição democrática, é de destacar a ideia avançada pelo autor de que o processo de transição para a democracia em Portugal foi «no essencial um processo interno». Ou seja, a vitória da democracia em Portugal após o conturbado período pós-25 de Abril justifica-se, não tanto por influência e condicionantes externas, mas por uma dinâmica interna muito própria, que o autor caracteriza como uma «vaga de fundo que se ergueu a partir de Abril de 1975 contra a radicalização e o que era entendido como uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas». De acordo com Telo, esta foi uma dinâmica «irresistível e espontânea», legitimada nas urnas «pela esmagado-

ra vitória dos partidos democráticos nas eleições para a Constituinte», e que não foi organizada e dirigida por ninguém em particular, «embora tenha sido inteligentemente fomentada principalmente por Mário Soares, pelo PS e por outras forças». Em suma, para Telo, o «enquadramento exterior teve a sua importância no processo e favoreceu as forças democráticas, mas não foi isso de modo nenhum o decisivo» (p. 259).

Uma vez relativizado o seu peso real no processo de transição democrática em Portugal, António Telo detém-se a analisar o contexto e as influências externas da revolução portuguesa e da transição para a democracia. O autor recupera neste texto a conhecida tese de Samuel Huntington no livro intitulado *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, segundo a qual a revolução de 25 de Abril de 1974 inaugurou a chamada «terceira vaga» das revoluções democráticas, continuada noutros países da Europa do Sul, como a Grécia e a Espanha. De acordo com Telo, a transição surge em Portugal, tal como na restante Europa do Sul, como «um efeito directo do período longo de desenvolvimento acelerado do pós-guerra, quando a sociedade portuguesa passa de rural a pós-industrial (sem nunca ser industrial), quando as cidades crescem e quando a classe média se consolida e desenvolve, mudando de hábitos e atitudes sob pressão nomeadamente da juventude estudantil e da abertura ao mundo da sociedade da informação».

Em todo este processo Telo julga de-

tectar como «motor directo» o chamado «milagre europeu e, em particular, a locomotiva da CEE», que implicou «uma imensa abertura da sociedade portuguesa ao exterior». Esta abertura fez-se «nomeadamente pelo envio de mais de um milhão e meio de emigrantes para a Europa desde 1962 (qualquer coisa como 40% da população activa nacional), pela invasão regular de perto de 4 milhões de turistas por ano (um crescimento de quinze vezes em doze anos), pelo desenvolvimento da educação e pela chegada dos modernos meios de comunicação de massas». Tudo isto, considera Telo, são «efeitos irresistíveis de um processo de crescimento que não depende dos governos e se integra na globalização». Ainda de acordo com esta perspectiva, Portugal seria então «o primeiro caso de revolução democrática pelo simples motivo de que os treze anos de guerra colonial funcionaram como um imenso acelerador do processo» (pp. 232-233).

Telo é igualmente convincente quando demonstra que a Europa ocidental e os países da então CEE terão sido «a mais importante influência externa» sentida em Portugal após o 25 de Abril. Essa influência manifestou-se sobremaneira a partir de Setembro de 1974, quando a Europa ocidental se apercebe de que está em curso em Portugal uma «ofensiva comunista». A partir desta altura, «os principais dirigentes europeus encaminham-se regularmente para Portugal, normalmente trazidos pela mão do PS, mas também do PPD e CDS». Telo destaca, neste contexto, a acção exercida

pela República Federal da Alemanha e pela Suécia no apoio às forças democráticas. Em especial, a Alemanha constituiu-se, «directa ou indirectamente, através de fundações e múltiplas instituições semipúblicas ou privadas», como a «grande fonte de financiamento externo de muitas organizações portuguesas, desde o PS aos outros partidos democráticos, associações de agricultores, sindicatos e, segundo parece, até mesmo sectores ligados à Igreja». Telo conclui que «os países da CEE não hesitaram em escolher o PS para parceiro privilegiado em Portugal e, com isso, deram um importante contributo para a afirmação interna de Mário Soares e do seu partido como centro civil do movimento de resistência» (pp. 256-257).

Completam este volume dois textos de carácter memorial, da autoria de Fernando Pereira Marques e Adriano Moreira. O primeiro constitui um relato pessoalizado, vivo e escorreito, dos «sete dias, sete noites» que se iniciaram na noite de 24 de Abril de 1974. Para esse relato, o autor convoca testemunhos vários, jornais da época e diplomas legislativos. Já o texto de Adriano Moreira, «Fronteiras: do império à União Europeia», analisa a evolução das diversas «fronteiras» portuguesas, praticamente desde o início dos Descobrimentos até à actualidade. O autor diagnostica, não apenas para o caso português, um «irrecusável [...] declínio dos valores patrióticos que sacralizaram as fronteiras geográficas no passado de cada Estado europeu» (p. 281). Deste modo, para

Portugal, as fronteiras de segurança, económica e cultural, não encontram coincidência com a fronteira geográfica. Enquanto a primeira corresponde, nos dias de hoje, à fronteira de segurança da NATO, a segunda identifica-se com a da União Europeia. Já a fronteira cultural pode encontrar-se, segundo o autor, na recente formação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (pp. 284-285).

LUÍS NUNO RODRIGUES

Fátima Patriarca, Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, 556 páginas.

I

Este livro é um retrato quase cinematográfico dos acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934. Veste-se, simultaneamente, da roupagem de reconstituição histórica, factual e rigorosa, de interpretação político-social, lúcida e perscrutante, do contexto sob que se gerou e teve lugar a greve geral revolucionária, e, ainda, e todavia não menos significativamente, anda de mãos dadas com um halo de romance histórico, de cavalaria medieval, de tal modo que terminei a sua leitura com a sensação de que tinha perpassado sob os meus olhos, nas figuras dos «sindicalistas